

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

Brasília, março de 2011



**Presidência da República
Secretaria-Geral**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

O presente documento consolida informações referentes à gestão da Secretaria Geral da Presidência da República no ano de 2010. Ele segue a normativa específica e as determinações do Tribunal de Contas da União – TCU e acrescenta informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada.

Considerando os Itens elencados no Anexo II, Parte A, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, não se aplicam à Secretaria-Geral da Presidência da República, no exercício de 2010, os seguintes: 5, 8, 10, 11, 12, 13 e 14. Isso se dá pelo fato de que incumbe à Secretaria de Administração, que à época estava vinculada à Casa Civil da Presidência da República, a gestão dos recursos e informações atinentes ao itens referidos.

Os demais itens são apresentados ao longo deste relatório, de acordo com a sequência estabelecida pela referida Portaria TCU nº 277/2010.

SUMÁRIO

1.	Identificação da Unidade Jurisdicionada	4
2.	Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	5
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade	5
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	9
2.3	Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	15
2.3.1	Execução Física das Ações realizadas pela UJ	15
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	16
2.4.1	Programação Orçamentária da Despesa	16
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	18
3.	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	19
4.	Movimentação e Saldos de Restos a Pagar - RAP de Exercícios Anteriores	19
5.	Informações sobre Recursos Humanos da UJ	19
6.	Informações sobre Transferências	20
6.1	Transferências efetuadas no exercício	20
7.	Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ	24
7.1	Estrutura de controles internos da UJ	24
12.	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	25
12.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	25
12.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	26
12.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício	26
12.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	26
13.	Informações Contábeis da Gestão da Secretaria-Geral da PR	27

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Cabe à Secretaria Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR apresentar relatório de gestão individual, conforme determinação da Decisão Normativa - TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, com a consolidação das informações sobre a gestão da SG-PR, exceto aquelas referentes à Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, relacionada pelo TCU para apresentação de relatório individual.

QUADRO A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Presidência da República		Código SIORG: 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República		
Denominação abreviada: SE/ SG/ PR		
Código SIORG: 089763	Código LOA:	Código SIAFI: 110352
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 8411-6
Telefone de contato: 61-34112817		FAX de contato: 61-33217022
E-mail: sg@presidencia.gov.br		
Página na Internet: www.secretariageral.gov.br		
Endereço Postal: Palácio do Planalto, 4º andar – CEP 70150-900 – Brasília - DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011, que altera a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003.		
Lei nº 11.497, de 28 de junho de 2007, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.		
Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.		
Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude.		
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 7.442, de 17 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a transferência da Secretaria de Administração e da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência da República.		
Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008, que institui o Programa Mercosul Social e Participativo.		
Decreto nº 6.378, de 19 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo de cargos em comissão da Secretaria-Geral da Presidência da República, e dá outras providências.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
110352	Secretaria-Geral da Presidência da República	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

I. Competência Institucional

A Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR foi criada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, como órgão essencial da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, coordenar a ação administrativa da Presidência, acompanhar programas e políticas governamentais, coordenar o relacionamento com outros entes federativos e atuar na supervisão técnica das Secretarias da Presidência.

Em 1992, a Lei nº. 8.490, de 19 de novembro, definiu para a SG-PR atribuições de âmbito administrativo, de secretaria particular da Presidência e ajudância-de-ordens. Em 1998, a Lei nº 9.649, manteve o perfil de atuação administrativa da SG-PR, definindo-a como órgão de supervisão e execução das atividades administrativas do âmbito da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República. Em 2001, por meio da Medida Provisória nº 2216-37, foi feita nova redefinição de atribuições da SG-PR, que passou a realizar a coordenação política do Governo, no relacionamento com o Congresso Nacional e na interlocução com outros entes federativos, com partidos políticos e entidades da sociedade civil.

A partir de 2003, houve importante mudança no papel da SG-PR, uma vez que, tradicionalmente, eram a Casa Civil e a SG-PR que faziam a coordenação política do governo no campo institucional. A partir de então, a Casa Civil e, posteriormente, a Secretaria de Relações Institucionais - SRI, criada em 2005, passaram a coordenar a relação com o Congresso Nacional, governadores e prefeitos, para a garantia da governabilidade institucional. À SG-PR coube o papel de articulação do Governo Federal com os diversos setores da sociedade civil.

O Governo Federal adotou como método o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, que passaram a participar e influenciar na construção das políticas públicas do país, dando consequência ao princípio da democracia participativa, previsto na Constituição Federal de 1988.

A importância dada à relação com o movimento social deveria ser reproduzida nos diversos órgãos do Governo Federal e à SG-PR coube coordenar a promoção da participação social como método de trabalho, ampliando o diálogo e a abertura do governo para as demandas da sociedade, ampliando o papel da participação social na consolidação da democracia e na expansão da cidadania.

Até então, não havia um órgão integrante da coordenação política do governo com a função de facilitar o relacionamento direto com o movimento social. Políticas estruturais e decisões fundamentais para o país passaram a ser concebidas e implementadas a partir de um amplo diálogo com entidades da sociedade civil. Para a coordenação desse processo, a SG-PR teve suas atribuições redefinidas e, no âmbito do Governo Federal, foram criados, ampliados ou fortalecidos diversos canais de diálogo, como as Conferências Nacionais, Conselhos, Ouvidorias, Fóruns e Mesas de Diálogo.

Coube também à SG-PR a articulação de políticas públicas para a juventude, por meio de atuação intersetorial, que combina um conjunto de políticas estruturantes com programas específicos executado por diversas áreas do Governo Federal.

As novas atribuições da SG-PR foram definidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com as alterações determinadas pelas Leis nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005. Compete à Secretaria assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

- no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo;
- na elaboração da agenda futura do Presidente da República na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República;
- na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República e na realização de estudos de natureza político-institucional;
- na formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação de políticas públicas para a juventude e na articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos Nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de juventude;
- no exercício de outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

Em 31 de dezembro de 2010, a SG-PR tinha a seguinte estrutura organizacional:

- Órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado
 - Gabinete
 - Assessoria Especial
 - Secretaria-Executiva
- Órgãos específicos singulares
 - Secretaria Nacional de Articulação Social - SNAS
 - Secretaria Nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucionais - SEPPI
 - Secretaria Nacional de Juventude - SNJ
- Órgão colegiado
 - Conselho Nacional de Juventude - Conjuve

As competências dos órgãos da SG-PR são definidas pelo Decreto nº 6.378, de 19 de fevereiro de 2008. Como órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro-Chefe da SG-PR estão o Gabinete do Ministro de Estado, a Assessoria Especial e a Secretaria Executiva.

O Gabinete do Ministro e a Secretaria-Executiva cuidam da interação entre os órgãos internos de coordenação das ações da SG-PR. O Gabinete assessora e assiste ao Ministro-Chefe da SG-PR em sua representação política, na preparação e despacho de seu expediente pessoal e em sua agenda; na coordenação de assuntos administrativos, na coordenação e supervisão das atividades da Representação Regional; e em outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado.

A Assessoria Especial assessora o Ministro-Chefe da SG-PR: no exame e condução dos assuntos afetos à SG-PR; nos Conselhos e órgãos colegiados em que tenha assento; na preparação de pronunciamentos, discursos e documentos de interesse do Presidente da República; na formulação e execução da política de comunicação da SG-PR; e em assuntos internacionais relacionados às atribuições institucionais da SG-PR.

À Secretaria-Executiva da SG-PR compete assessorar e assistir ao Ministro de Estado em sua representação funcional e política, no âmbito de sua atuação; auxiliar o Ministro na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência da SG-PR; coordenar o planejamento e o orçamento da SG-PR; supervisionar e coordenar as Secretarias Nacionais integrantes da estrutura da SG-PR; e exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro.

A atuação da Secretaria Nacional de Articulação Social - SNAS tem como objetivo garantir maior articulação e sinergia entre as relações políticas do Governo com a sociedade civil organizada, por meio de um conjunto de mecanismos e iniciativas setoriais de participação social, na formulação, acompanhamento e controle de políticas públicas. Compete à SNAS coordenar e articular as relações políticas do Governo com os diferentes segmentos da sociedade civil; propor a criação, promover e acompanhar a implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo; e definir e desenvolver metodologia para coleta de dados, com a finalidade de subsidiar o acompanhamento das ações do Governo em seu relacionamento com a sociedade civil.

É competência institucional da Secretaria Nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucionais - SEPPI planejar, organizar e acompanhar as atividades de agenda do Presidente da República com os diferentes segmentos da sociedade civil; produzir análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República; e realizar estudos de natureza político-institucional.

A Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, que desempenha as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve, tem como função a formulação, supervisão, coordenação e articulação das políticas públicas para a juventude. Também é sua competência articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais voltados à implementação de políticas públicas para a juventude.

O Conselho Nacional de Juventude - Conjuve é órgão colegiado e consultivo da estrutura da SG-PR que tem como atribuições formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O Conjuve foi criado pela Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do Governo Federal e 40 da sociedade civil. Os membros do Conselho são escolhidos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade civil.

Não obstante a SNJ integrar a estrutura da SG-PR, as atribuições e ações da Secretaria não foram objeto de análise no presente relatório, uma vez que, por determinação da Decisão Normativa do TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, a SNJ é uma das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão individual referente ao exercício de 2010.

Em 17 de fevereiro de 2011, foi editado o Decreto nº 7.442, por meio do qual foi feita a transferência da Secretaria de Administração – SA e da Secretaria de Controle Interno – Ciset da Casa Civil para a SG-PR. Com essa medida houve considerável mudança na estrutura da SG-PR. No entanto, como essas duas unidades não faziam parte da SG-PR até 31 de dezembro de 2010, suas competências e atribuições não foram incluídas no presente Relatório de Gestão.

II. Objetivos estratégicos

Em 2008, após discussão e tendo como base sua competência institucional e as prioridades de atuação, a SG-PR estabeleceu objetivos estratégicos e metas prioritárias para o órgão como um todo e objetivos setoriais para cada unidade. O escopo de atuação da SG-PR e a organização de suas ações foram feitos a partir de cinco objetivos estratégicos:

- Ampliar e aperfeiçoar o relacionamento e articulação com os movimentos sociais;
- Ampliar e aperfeiçoar a participação social;
- Ampliar e aperfeiçoar a visibilidade da política de participação social do governo e promover o debate qualificado da participação social;
- Consolidar a Política Nacional de Juventude como política de Estado; e
- Contribuir para a execução da agenda do Presidente da República e do Ministro- Chefe da SG-PR.

Tendo como referência esses objetivos estratégicos, as Secretarias e Assessorias Especiais definiram suas ações prioritárias e foi elaborado o Plano de Trabalho para 2010, que orientou a atuação da SG-PR em 2010, do qual se destacam:

Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva

- Programa de Formação de Conselheiros Nacionais;
- Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar;
- Publicação de livro *Democracia Participativa - Nova Relação do Estado com a Sociedade*.

Secretaria Nacional de Articulação Social - SNAS

- Acompanhamento das Pautas Nacionais - Grito da Terra 2010, V Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar, Marcha das Margaridas, Pauta Indígena;
- Articulação da Participação Social no governo - Conferências Nacionais, Conselhos Nacionais, encontros com Secretários-Executivos dos Conselhos, agenda trimestral dos Conselhos.

Secretaria Nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucionais - SEPPI

- Realização do III Ciclo de Seminários Estaduais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM;
- Atividades da Precursora dos Eventos do Presidente da República.

Área Internacional

- Reuniões do Conselho Mercosul Social e Participativo e da Cúpula Social do Mercosul;

- Lançamento do projeto de Cooperação com Países Africanos na área de Agricultura Familiar.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A SG-PR é o órgão responsável pela articulação entre a coordenação política do Governo Federal e representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais. As demandas são feitas diretamente ao órgão federal que tem jurisdição sobre a questão ou indiretamente à SG-PR que, por sua vez, encaminha o pleito ao órgão e acompanha o processo de atendimento à demanda. A SG-PR também atua com o objetivo de fortalecer mecanismos de participação com compartilhamento de decisões e controle social, tais como Conferências e Conselhos Nacionais, mesas de diálogo e negociação.

As Conferências e Conselhos são espaços de discussão ampla, nas quais o governo e a sociedade, por meio de suas mais diversas representações, travam um diálogo de forma organizada, pública e transparente. São parte de um modelo de gestão pública participativa que permite a construção de espaços de negociação, construção de consensos, compartilhamento de poder e corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade civil.

A SG-PR atua especificamente em algumas Conferências Nacionais, dando apoio técnico e ajudando na convocação e mobilização para o evento. Em relação ao conjunto das Conferências, faz a sistematização de informações e acompanhamento, junto aos órgãos responsáveis por cada tema, dos encaminhamentos que são dados às deliberações das etapas nacionais.

Por intermédio da SG-PR é feita a interlocução entre os diversos Conselhos Nacionais para que haja melhor articulação entre eles. Um dos instrumentos é a convocação, pela SG-PR, de reuniões entre os secretários-executivos dos Conselhos, nas quais são feitas discussões sobre as ações e agendas de trabalho de cada instância.

A SG-PR também sistematiza informações de todos os Conselhos e dá suporte metodológico e jurídico a essas instâncias. Atua também com a finalidade de melhorar a formação de conselheiros, que é feita, por exemplo, por meio do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

A SG-PR realiza cursos de capacitação e formação de representantes da sociedade civil para a utilização do sistema de convênios do Governo Federal - Siconv, com o objetivo de criar multiplicadores desse instrumento, dar mais transparência aos repasses públicos e evitar a atuação de intermediários entre o governo e as entidades sociais.

A atuação da SG-PR não é apenas reativa às demandas da sociedade civil. Em muitos casos, representando a Presidência da República, chama representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil para debater e negociar determinadas questões. São estabelecidas mesas de diálogo e negociação, instrumento em geral tripartite, por meio das quais negociam representantes de trabalhadores, empresas e governo, com o objetivo de buscar consenso em relação a temas conflituosos ou estabelecer bases para a criação ou a reorientação de políticas públicas e ações do governo. As mesas de diálogo são iniciativas articuladas pela SG-PR que possuem perfil diferente da institucionalidade dos Conselhos de políticas públicas. São instituídas informalmente e

dependem basicamente da vontade política dos atores envolvidos para que tenham funcionamento e alcancem acordos e resultados concretos.

A abertura de canais de participação social e o estímulo ao diálogo com diversos setores da sociedade têm sido uma das funções da SG-PR. Problemas que pareciam de difícil superação têm sido enfrentados e resolvidos pela negociação dos setores interessados, pela aposta do Governo Federal no processo de diálogo e no compartilhamento dos desafios do governo, tanto políticos, quanto operacionais.

Foram diversas as mesas de diálogo coordenadas pela SG-PR, como a Mesa de Diálogo do Salário Mínimo, integrada pela Centrais Sindicais, e a Mesa para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, criada para debater e propor soluções para tornar mais humanizado e seguro o cultivo manual da cana-de-açúcar e promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. Neste último caso, a Mesa produziu como resultado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, firmado pelo Governo Federal, entidades de trabalhadores e de empresários do setor sucroenergético. Em 24 de novembro de 2010, foi assinado Decreto formalizando a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional.

A SG-PR faz acompanhamento de Pautas Nacionais de reivindicação de entidades do movimento social, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf e o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Por meio de interlocução dessas entidades com a SG-PR, as questões que integram as pautas de reivindicação são apresentadas aos diversos setores do Governo Federal, como Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério das Minas e Energia - MME e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A SG-PR assessora diretamente a Presidência da República em relação a diversos temas, no sentido de tornar efetiva a participação social, como no processo que resultou na Portaria nº 26, de 11 de março de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu instruções sobre a participação de representante dos empregados nos Conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista.

A SG-PR também debate com as diversas áreas técnicas do Governo Federal questões que tenham importância do ponto de vista social, que afetam comunidades locais ou que exijam maior participação social. Um exemplo de resultado desse tipo de articulação foi o Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que estabeleceu critérios socioeconômicos para definição dos atingidos por barragens em todo o Brasil. O decreto institui o cadastro sócioeconômico, para a identificação e qualificação da população atingida por construções de empreendimentos energéticos.

Além do papel de interlocução do Governo Federal com a sociedade civil, a SG-PR atua na formulação e execução da agenda do Presidente da República, por meio de precursora social dos eventos com a presença do Presidente, externos aos Palácios presidenciais. Trata-se de uma ação de prospecção de demandas sociais nas localidades a serem visitadas pelo Presidente, na qual a equipe de precursores constrói e/ou consolida redes de interlocução entre a sociedade civil local e o Governo Federal. No momento da visita do Presidente, a precursora social da SG-PR tem a função de lidar diretamente com manifestações e demandas das comunidades locais, realizando mediações *in loco*, atuando como escuta de protestos e demandas, e dando encaminhamentos cabíveis a essas reivindicações.

Também é feita a interlocução com a sociedade civil por meio da promoção de debates sobre políticas públicas, chamados de Agenda Brasil. Esses debates, realizados em todo o território nacional, buscam fomentar a discussão sobre programas de governo, seja atendendo a convite de entidades locais, seja propondo a discussão de um tema de interesse de determinada localidade, cujo cotidiano é afetado por políticas públicas do governo. Destes debates participam representantes de prefeituras, entidades de classe, universidades, organizações não-governamentais e cidadãos em geral.

A Agenda Brasil é uma forma de publicizar a agenda do governo e trazer para a realidade dos cidadãos das mais diversas regiões do país informações sobre programas e ações do Governo Federal. A iniciativa funciona como prestação de contas da atuação do governo e permite, por meio de discussões, a coleta de críticas e sugestões.

A estes debates foi incorporada discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. Os ODM são uma plataforma social que sintetiza a Declaração do Milênio, assinada em 2000 por 191 países, entre os quais o Brasil, em assembléia da Organização das Nações Unidas - ONU. No Brasil, as atividades dos núcleos dos ODM são coordenados pela SG-PR, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Os núcleos são organizados nos estados e municípios, com o objetivo de mobilizar pessoas e organizações representativas para o monitoramento das metas, o fortalecimento das parcerias e o acompanhamento da execução de programas.

A SG-PR coordena também o Prêmio ODM Brasil, criado para valorizar e fortalecer ações e iniciativas bem sucedidas implementadas pela sociedade e pelo poder público visando alcançar, até 2015, os ODM.

No âmbito internacional, a SG-PR realiza ações voltadas ao fortalecimento da participação social nos temas prioritários da Política Externa Brasileira, em especial no âmbito do Mercosul. A SG-PR e o Ministério das Relações Exteriores - MRE coordenam o Programa Mercosul Social e Participativo, instituído pelo Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008 com o propósito de promover a interlocução entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas para o Mercosul.

A SG-PR e o MRE também coordenam, pelo lado do Brasil, as Cúpulas Sociais do Mercosul, que contam com a participação de lideranças da sociedade civil dos países-membros e associados - Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Chile e Bolívia. As Cúpulas têm como objetivo complementar a integração regional do Mercosul com ações que vão além da esfera econômica e comercial, envolvendo diretamente as respectivas sociedades civis e incorporando à agenda comum questões ligadas a Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente.

Na área de cooperação internacional, o diálogo da sociedade civil brasileira com as entidades de outros países, coordenado pela SG-PR, possibilita o envolvimento de organizações sociais na elaboração de projetos de cooperação. O Brasil estabeleceu cooperação técnica com Moçambique, África do Sul e Namíbia fruto de parceria entre a SG-PR e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do MRE. São projetos inovadores pois possibilitam a incorporação de organizações da sociedade civil que dominam saberes locais e comunitários, estabelecendo um novo conceito de cooperação técnica - a transferência de tecnologias sociais. A experiência em andamento consiste em transferência de tecnologias sociais desenvolvidas pela agricultura familiar no uso, manejo e armazenamento originais, não transformadas geneticamente, e que apresentam alto índice de produtividade, sem agredir o meio ambiente.

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Os Objetivos Estratégicos definidos pela SG-PR em 2008 e já mencionados foram perseguidos e serviram de orientação tanto para as atividades cotidianas de gestão e organização da instituição, quanto para as ações prioritárias da SG-PR para o ano de 2010.

Tendo em vista o início de uma nova gestão em 2011, nova definição de plano estratégico deverá ser adotada pela SG-PR.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

As atividades que foram executadas em 2010 seguiram as prioridades definidas no Plano de Trabalho de 2010 e foram exitosas no cumprimento das responsabilidades institucionais da SG-PR. Foram articuladas tendo como referências os cinco objetivos estratégicos definidos para a SG-PR como um todo e as ações prioritárias para cada Secretaria e Assessoria Especial. A atuação da Secretaria pode ser analisada a partir de 7 eixos estruturantes: diálogos diretos com o movimento social; Conferências Nacionais; Conselhos Nacionais; formação, capacitação e pesquisa; temas especiais; atuação internacional; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM; e precursoria.

II.a. Diálogos Diretos com o Movimento Social

O diálogo regular e cotidiano do governo com as entidades da sociedade civil tem sido fundamental para o fortalecimento da democracia. Em 2010, A SG-PR coordenou mais de 500 reuniões com centrais sindicais, entidades representativas de bancários, petroleiros, aposentados, movimentos sociais, ONGs, trabalhadores rurais, universidades e entidades estudantis, entre outras. Esses encontros expressam o compromisso do governo com a construção de um novo padrão de relacionamento e reforçam a atribuição da SG-PR de manter a coordenação política do governo atualizada sobre a agenda e as iniciativas da sociedade civil.

II.b. Conferências Nacionais

A SG-PR, além de órgão responsável pela Conferência Nacional de Juventude, atua em algumas conferências nacionais, dando apoio técnico e ajudando na convocação, como na Conferência Nacional de Comunicação. De uma maneira geral, a SG-PR acompanha todo o conjunto das conferências nacionais, fazendo a sistematização de informações e o acompanhamento, junto aos órgãos responsáveis por cada tema das conferências, dos encaminhamentos que são dados às suas deliberações. Em 2010, foram realizadas oito conferências nacionais: Cultura, Defesa Civil, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Esporte, Economia Solidária, Cidades e Saúde Mental.

II.c. Conselhos Nacionais

Para facilitar o acompanhamento do trabalho dos conselhos, a SG-PR publicou o caderno *Conselhos Nacionais – Dados básicos, organização, gestão atual, finalidade, composição, competências*, que reúne informações básicas sobre os objetivos e competências de conselhos e comissões nacionais, suas composições, endereços e contatos.

II.d. Capacitação e Pesquisa

Para aprofundar e qualificar a participação social, em 2010, teve prosseguimento o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, uma parceria com a UFMG e a ENAP. O curso, oferecido nas modalidades Atualização, Aperfeiçoamento e Especialização, é voltado para a formação de conselheiros nacionais de políticas públicas, técnicos e gestores do governo federal e representantes de organizações da sociedade civil envolvidos com instituições e políticas participativas do Governo Federal.

O curso, que oferece capacitação para a gestão democrática e participativa de políticas públicas, encerrou em 2010 sua primeira fase com a formação de 4.378 alunos. Ao concluir essa etapa, a SG-PR publicou o livro *Experiências de Democracia Participativa*, que contém os resumos indicativos, assim como um CD-Room, com a íntegra das monografias de conclusão do curso. O Programa teve continuidade no segundo semestre de 2010, com a oferta de uma turma de Especialização com 150 vagas, com previsão de formatura em fevereiro de 2012.

Em 2010, foi celebrado convênio com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ para a realização de pesquisa sobre o impacto das conferências e dos conselhos nacionais na formulação de políticas públicas no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo federais no período entre 2003 e 2010. O objeto do convênio é a confecção e análise de um banco de dados a partir da ampliação e atualização de banco de dados do Centro de Pesquisa e Ensino em Ciências Sociais - CPECS, que é um centro de pesquisa do IUPERJ com informações sobre as conferências e conselhos nacionais e análise do impacto destes na formulação de políticas públicas. O material resultante desta parceria será útil como referência para a formulação de políticas públicas em diversas áreas de atuação do governo.

Em atividade conjunta da SG-PR e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG foram realizados sete cursos de formação de multiplicadores do sistema de convênios e contratos do Governo Federal - SICONV e três cursos de atualização para multiplicadores abrangendo novas formas de uso do sistema, como a prestação de contas. Os cursos foram realizados em João Pessoa, Belo Horizonte, Belém, São Luís, Teresina, Manaus e Aracaju. Foram capacitadas entidades da sociedade civil que atuam em diversas áreas, como direitos humanos, políticas para as mulheres, meio ambiente, igualdade racial e populações extrativistas.

II.e. Temas Especiais

Temas fundamentais para o país foram objetos de acompanhamento e articulação por parte da SG-PR, como por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Lago Tucuruí, que envolve todos os municípios e a população atingida direta ou indiretamente pelas obras e mudanças ocorridas na região a partir da implementação da usina hidrelétrica de Tucuruí; e o Plano de Desenvolvimento da Região Turística do Meio-Norte, que alcança noventa e nove municípios dos estados do Piauí, Ceará e Maranhão. Outra importante ação desenvolvida em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM e o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE foi o Grupo de Trabalho responsável pela implementação das ações do Programa Trabalho Doméstico Cidadão – PTDC.

II.f. Atuação Internacional

Ao longo de 2010, foram realizadas três reuniões ordinárias do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo. Em junho, na 6ª reunião do Conselho, foi lançado o livro *Mercosul Social e Participativo – Construindo o Mercosul dos Povos com Democracia e Cidadania*, um trabalho de compilação das políticas públicas sociais implementadas no Bloco nos últimos três

anos. Realizado pela SG-PR, em parceria com o MRE e o MDS, o livro aborda o processo de integração em áreas que vão além das negociações estritamente comerciais.

Em 2010, foram realizadas duas edições da Cúpula Social do Mercosul. Em julho, foi realizada a 9ª. edição da Cúpula Social, que reuniu lideranças sociais dos quatro países do Mercosul na Isla del Cerrito, localidade da província argentina do Chaco. A 10ª. edição aconteceu em Foz do Iguaçu, no Paraná, em dezembro de 2010, e contou com a participação de cerca de 600 lideranças da sociedade civil e, na sessão de encerramento, com a presença dos presidentes dos 12 países da América do Sul. A organização a X Cúpula coube ao Brasil, que exerceu no segundo semestre de 2010 a Presidência *pro tempore* do Bloco.

Em maio de 2010 foi realizado o II Fórum de Diálogo Social Brasil-Noruega, em Oslo, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o modelo tripartite de diálogo social adotado por aquele país.

Também foram realizadas atividades no âmbito do Programa Brasil Próximo, um acordo de cooperação entre o Brasil e as regiões italianas da Úmbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria. Esta cooperação tem como objetivo viabilizar projetos com foco no desenvolvimento local, por meio da implementação de projetos piloto em parceria com estados e municípios de cooperação entre os dois países. Foram realizadas: missão de técnicos dos municípios e universidades do projeto Centro Paulista; missão institucional sobre Fundo Garantidores; missão de técnicos de turismo do Projeto da Serra da Mantiqueira; e missão técnica e institucional do Projeto de Valorização da Cadeia do Azeite Extravirgem da Região de Campanha - RS.

Em maio de 2010, foi realizado no Rio de Janeiro o III Fórum da Aliança de Civilizações - AdC, com participação da SG-PR, como integrante do Grupo de Trabalho Nacional para a AdC. Esta é uma iniciativa, no âmbito das ONU, que busca mobilizar a opinião pública mundial para superar preconceitos do ponto de vista cultural e religioso que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogêneas.

Em 2010 foi realizada missão de intercâmbio com a vinda ao Brasil de representantes de organizações de agricultores familiares da África do Sul, Moçambique e Namíbia; e desenvolvido projeto de cooperação técnica para implantação de bancos comunitários de sementes em áreas de agricultura familiar na África do Sul, Moçambique e Namíbia.

II.g. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Também foi realizado em 2010 o III Ciclo de Seminários Estaduais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, com o intuito de divulgar e debater, junto à sociedade e aos poderes públicos, o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM no Brasil. Ao longo do ano foram realizadas reuniões regionais dos ODM, em Curitiba, São Paulo, Recife, Brasília e Belém, e reuniões estaduais em todos os estados e no Distrito Federal.

Em 2010, foi realizada a terceira edição do Prêmio ODB Brasil, que contou com 1.477 práticas inscritas, sendo 785 de organizações da sociedade civil e 692 de governos municipais. Foram premiados 20 projetos - 9 de organizações da sociedade civil e 11 de prefeituras.

II.h. Precursora Social

Coube também à SG-PR o trabalho de precursora social das atividades e eventos externos aos palácios presidenciais que, ao longo de 2010, contaram com a presença do Presidente da

República. Esta atuação da precursora é feita por meio de contatos e negociações com autoridades dos demais entes federativos e dos poderes constitucionais, bem como com entidades da sociedade civil e movimentos sociais, de forma a realizar a articulação com as comunidades locais nas missões presidenciais.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A SG-PR não gerencia programas do PPA.

2.3.1. Execução Física das Ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	121	1004	2E24	A	4	unidade	6.000	2.900	6.000

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan

A presente análise é sobre a execução da Ação 2E24 - Formação, Desenvolvimento e Capacitação para a Participação Social, cuja finalidade é fomentar e fortalecer as atividades de participação social no âmbito do Estado Brasileiro.

Para o exercício de 2010 a meta prevista foi de 6.000 pessoas beneficiadas, tendo sido alcançado o resultado de 2.900 beneficiários. Em relação ao ano anterior, houve um aumento da meta, que passou de 4.000 em 2009 para 6.000 em 2010. Nota-se que o resultado físico em 2010, que registrou 48,33% da meta prevista, foi proporcionalmente maior que o percentual de execução financeira.

Isto é resultado de diversas ações da SG-PR que, embora alcancem resultados positivos em termos de beneficiários, não envolvem repasses de recursos como, por exemplo, as ações de cooperação internacional, que ou não envolvem repasses de recursos ou estes são feitos pela ABC - MRE, e as atividades de mesas de diálogo e negociação. Há que se considerar que diversas atividades do âmbito das atribuições da SG-PR alcançaram resultados positivos em 2010, não obstante tenham pouco grau de institucionalização, como a articulação e negociação com setores da sociedade civil e o estímulo à participação social.

A SG-PR teve limitações à execução no exercício de 2010 porque, por ter sido ano eleitoral e pelas características das atribuições do órgão, houve contenção de diversas iniciativas, por atenção redobrada dos gestores para que ações de articulação social, negociações setoriais e fomento à participação social gerassem entendimento desvirtuado, no bojo do processo eleitoral.

Finalmente, em relação ao público beneficiário das ações da SG-PR, há que se considerar a distribuição eficaz que vem sendo feita das publicações de 2010, cujo público beneficiário pode ser estimado pelo quantitativo das tiragens: *Conselhos Nacionais*, 21 mil exemplares; *Mercosul Social e Participativo*, 4 mil; e *Experiências de Democracia Participativa*, 5 mil.

2.4. Desempenho Orçamentário/ Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO						9.450.000	7.000.000
	PLOA						9.450.000	7.000.000
	LOA						4.000.000	7.000.000
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total						4.000.000	7.000.000	

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan/ PLOA 2009 e PLOA 2010.

QUADRO A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan/ PLOA 2009 e PLOA 2010.

QUADRO A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		9.450.000	7.000.000				
	PLOA		9.450.000	7.000.000				
	LOA		4.000.000	7.000.000				

CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		4.000.000	7.000.000				

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan/ PLOA 2009 e PLOA 2010

No exercício de 2010, a previsão e a dotação da LOA foram adequadas aos planos estabelecidos pela UJ. Em que pese não tenha havido alterações no âmbito do Congresso Nacional, a SG-PR redobrou seus cuidados por conta do processo eleitoral, tanto em relação às limitações impostas pela legislação eleitoral, quanto pelo zelo necessário, considerando seu papel de articulação da coordenação política do governo com os movimentos sociais.

QUADRO A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110562	0412110042E 240001			40.000
		110001	0412110042E 240001			24.000
		110245	0412110042E 240001			102.760
	Recebidos	110005	0412110042E 240001			2.728.284,75
		110245	0412110042E 240001			14.300
Movimentação Externa	Concedidos	153062	0412110042E 240001			845.448
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

As movimentações de créditos recebidos da UG 110005 referem-se a autorizações de uso de limites de movimentação e empenho feitos pelo setorial orçamentário da Presidência da República.

Foram realizadas movimentações internas para o Fundo de Imprensa Nacional – FUNIN

(UG110245), para a impressão das publicações *Conselhos Nacionais, Agenda dos Conselhos Nacionais e Experiências de Democracia Participativa*.

Os créditos concedidos por movimentação externa referem-se aos repasses dos termos de cooperação de 2008 e 2010 com a UFMG (UG 153062), para as realizações das atividades do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, em suas duas etapas.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação de créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	100.488,89	414.685	20.352,08	93.422,14
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	100.488,89	414.685,00	20.352,08	93.422,14
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	647.894,21	851.448	643.204,21	506.724
Dispensa	647.894,21	851.448	643.204,21	506.724
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	199.150,38	334.239,13	8.264,67	258.825,79

Fonte: Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

QUADRO A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

3 – Outras Despesas Correntes	947.533,48	1.600.372,13	947.533,48	1.600.372,13	311.237,26	272.499,52	671.820,96	858.971,93
39 - outros serv terc pess jurídica	905.247,88	1.208.846,21	905.247,88	1.208.846,21	309.662,26	264.245,67	641.002,21	549.696
30 - material de consumo	34.020,93	34.286,79	34.020,93	34.286,79	1.575	8.253,85	22.554,08	34.286,79
36 - outros serv terc pess física	8.264,67	26.988,00	8.264,67	26.988			8.264,67	26.988
Demais elementos do grupo		330.251,13		330.251,13				248.001,14

Fonte: Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

Houve alteração mínima da programação orçamentária de 2010 para viabilizar a execução de convênio. As limitações à execução no exercício devem-se, em grande parte, à contenção de iniciativas pela já mencionada preocupação dos gestores da SG-PR referente ao processo eleitoral.

A concentração das despesas nos elementos 39, 30 e 36 é ocasionada pela implementação dos Termos de Cooperação firmados com a UFMG para viabilizar o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais já mencionado.

Não foram realizadas despesas de capital pela UJ.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica, pois não houve esse tipo de situação, em relação à UJ, no exercício de 2010.

4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR - RAP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não houve Restos a Pagar - RAP de exercícios anteriores.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UJ

A gestão de pessoas a serviço da SG-PR é feita pela Secretaria de Administração da Presidência da República - SA, que apresentará relatório próprio, conforme determinação da Decisão Normativa do TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.2 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria-Geral da Presidência da República									
CNPJ: 10366249/0001-79					UG/GESTÃO: 110352/ 0001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulad o até exercício	Início	Fim	
1	749284/2010	Inst. Univ. Pesqu. Rio de Janeiro - Serv. Tec. e Científicos	256.239,34	30.000	150.826	150.826	20/7/10	20/2/11	1
4	Port. SG nº 13, de 23/4/2008	UFMG	2.485.863		168.000	2.485.863	16/4/08	16/10/10	1
4	01/2010	UFMG	677.448		677.448	677.448	18/8/10	18/2/13	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Sistema de Convênios e Contratos - SICONV, Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

QUADRO A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria-Geral da Presidência da República						
CNPJ: 10366249/0001-79				UG/GESTÃO: 110352/ 0001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio			1			150.826
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação	1		1	1.500.000	817.863	845.448
Termo de Compromisso						
Totais	1		2	1.500.000	817.863	996.274

Fonte: Sistema de Convênios e Contratos - SICONV, Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria-Geral da Presidência da República					
CNPJ: 10366249/0001-79			UG/GESTÃO: 110352/ 0001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	256.239,34	150.826	75.413,34	58,86%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	1	677.448	677.448		100%
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: Sistema de Convênios e Contratos - SICONV, Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria-Geral da Presidência da República					
CNPJ: 10366249/0001-79			UG/GESTÃO: 110352/ 0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		150.826	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Fonte: Sistema de Convênios e Contratos - SICONV, Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

QUADRO A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria-Geral da Presidência da República					
CNPJ: 10366249/0001-79			UG/GESTÃO: 110352/ 0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		1	
		Montante repassado (R\$)		150.826	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE		
			Quantidade		
		Montante repassado (R\$)			
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			

	analisadas	Montante repassado		
Exercícios anteriores a 2008	Contas analisadas	NÃO	Quantidade	
			Montante repassado	

Fonte: Sistema de Convênios e Contratos - SICONV, Sistema de Administração Financeira - SIAFI e SIAFI Gerencial

Em 2010, foram repassados recursos referentes a dois termos de cooperação e um convênio. Os dois termos de cooperação foram firmados com a UFMG para realização de atividades do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. O convênio foi firmado com o IUPERJ, para elaboração de pesquisa sobre as diretrizes oriundas das Conferências e dos Conselhos Nacionais.

Um dos termos de cooperação refere-se a atividades do curso de atualização, aperfeiçoamento e especialização da primeira fase do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, que se encerrou em 2010, com a formatura de 4.378 alunos. Este termo é de 2008 e o valor repassado em 2010 representa recurso suplementar ao valor do projeto original, acordado em termo aditivo constante do processo.

Foi feito outro repasse à UFMG para a realização de atividades do curso de especialização do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, que se iniciou no segundo semestre de 2010. Essa cooperação foi firmada em 2010 para a realização de segunda etapa do programa de formação.

O outro instrumento de transferência foi o convênio com o IUPERJ para realização de pesquisa sobre as diretrizes oriundas das Conferências e dos Conselhos Nacionais. O convênio foi firmado em 20/7/2010, com vigência de 7 meses.

Em relação aos efeitos das transferências no médio prazo, somente estará vigente em 2012 o termo de cooperação com a UFMG de 2010. Não há situação de inadimplência nas transferências da UJ e as transferências expiradas até 2010 estão com as prestações de contas em situação regular.

As transferências realizadas no período foram imprescindíveis para o alcance dos objetivos previstos no Plano de Trabalho para 2010. A realização do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, numa iniciativa inédita no Brasil, traduz o compromisso da SG-PR em aprofundar a participação social, qualificando-a e dando aos Conselhos Nacionais um caráter ainda mais relevante e estratégico.

DECLARAÇÃO REFERENTE A INFORMAÇÕES NO SIASG E SICONV

A SG-PR atesta que as informações referentes a contratos, convênios e outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão e Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
<p>De uma maneira geral, para a definição do nível de avaliação, considerou-se a necessidade de serem aprimorados os aspectos relacionados aos controles, avaliação de riscos, gestão da informação e monitoramento das ações do órgão.</p> <p>Pelas próprias atividades da SG-PR e sua atuação voltada ao relacionamento e à articulação com entidades da sociedade civil, bem como a implementação e aprimoramento de instrumentos participação popular, há procedimentos que são difíceis de serem formalizados, como articulações, negociação e acompanhamento de movimentos sociais.</p> <p>As afirmativas têm como base a situação em que se encontrava a SG-PR ao final de 2010. Em janeiro de 2011 teve início processo de Planejamento Estratégico do órgão, envolvendo todas as unidades, inclusive a Secretaria de Administração - SA e a Secretaria de Controle Interno - Ciset, que passaram à estrutura da SG-PR por meio do Decreto nº 7.442, de 17 de fevereiro de 2011. Até março de 2011, foram realizados um amplo processo de ambientação, com a participação aberta a todos os servidores da SG-PR; discussões em cada unidade da SG-PR sobre o diagnóstico situacional, a identificação dos marcos referenciais e a definição de linhas gerais de atuação para a gestão atual (2011-2014), a definição de metas para 2011 e de prioridades para 2011; e uma oficina de planejamento estratégico, na qual se discutiu, em relação a cada unidade e à SG-PR como um todo, os objetivos estratégicos e as prioridades de atuação.</p>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

12. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU referentes à SG-PR a serem atendidas no exercício de 2010.

12.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não se aplica, já que não há pendências de atendimento a deliberação do TCU referentes à SG-PR.

12.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não foram feitas recomendações do OCI à SG-PR no exercício de 2010.

12.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve pendência de recomendações do OCI à SG-PR no exercício de 2010.

13. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Quadro B.1.1 – Declaração Plena do Contador



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL
Exercício: 2010

Unidade Gestora: 110352 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR

Restrições Contábeis	Situação
A UG não apresentou restrições contábeis.	-

Diligências Emitidas	Situação
Não houve diligências expedidas para essa UG.	-

Rosaura Conceição Haddad
Contadora
CRC-9686/DF

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA GERAL /PR		110352	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siasf (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria Geral/PR que apresenta relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	Rosaura Conceição Haddad	CRC nº	9.686 - DF